

4. MODERNIZAÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

4.1. Planejamento Estratégico

No período, a área de planejamento solicitou uma série de reuniões com o Conselho de Gestão Estratégica (CGE), envolvendo 6 (seis) ações principais empreendidas, a saber: 1. avaliação das ações de 2010 (Plano de Diretrizes); 2. delineamento dos procedimentos para as ações de 2011; 3. procedimentos para a avaliação do Plano 2008-2011; 4. indicadores de gestão; 5. procedimentos para o Plano 2012-2015; e 6. estudos para inserção do Tribunal no Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA).

Com a Diretoria de Informática houve discussões para o aprimoramento dos indicadores de gestão a partir do banco de dados disponível no SIPROC (Sistema de Controle de Processos) e seu desdobramento em novos indicadores derivados dos aprovados pela Portaria TC.0293/2009.

No âmbito do CGE e da Presidência, foi salientada que para a definição de estratégias para a organização e o desdobramento dessas estratégias em objetivos, é imperioso o monitoramento dos indicadores de desempenho definidos pela Casa, para que as lideranças permaneçam informadas sobre os resultados alcançados e sobre a necessidade de serem realizados ajustes na trajetória inicialmente proposta. Tal imperativo é reforçado pela adesão do Tribunal, por meio de convênio junto ao Instituto Ruy Barbosa, à plataforma “Channel”, uma ferramenta de gestão voltada ao gerenciamento tático e estratégico de uma organização, cujo treinamento dos tribunais de contas estaduais e municipais iniciar-se no 2º. Trimestre.

4.2. PROMOEX



O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina é integrante do Programa de Modernização do Controle Externo de Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros - Promoex.

O Promoex tem por objetivo o fortalecimento institucional e a modernização do sistema de controle externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios, garantindo sua integração nacional e aumentando a eficiência e eficácia das ações de fiscalização e controle, com a finalidade de servir de instrumento de cidadania e contribuir para a efetiva, transparente e regular gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Este Programa conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com previsão de aplicação de cerca de US\$ 64 milhões, distribuídos entre todos os tribunais de contas do País. Sendo US\$ 38,6 milhões com recursos financiados pelo BID através do contrato de empréstimo 1628/OC-BR, firmado em 14/09/2005 com o Governo Federal, tendo como Mutuário a República Federativa do Brasil, Executor Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, subexecutores Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Os Recursos Adicionais (local) estão assim distribuídos: Governo Federal, US\$ 25,8 milhões, e Subexecutores, US\$ 21,9 milhões.

O financiamento tem como mutuário a União, que repassa os recursos aos tribunais de contas estaduais e municipais e do Distrito Federal, por meio de convênio celebrado com o Ministério do Planejamento e Gestão.

A meta do programa é agilizar a tramitação dos processos, priorizar a modernização de procedimentos, incluindo a ampliação da informatização, e intensificar o aprimoramento do corpo técnico, a interação entre os organismos de controle público e a aproximação com a sociedade.

Em 03/04/2006 este Tribunal de Contas aderiu o referido programa através do Convênio MP/PROMOEX nº 011/2006, firmado com Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP (publicado no Diário Oficial da União nº 72, de 13/04/2006, seção 3, página 106) que previa a transferência de recursos financeiros no montante de R\$ 3.358.879,20 (três milhões trezentos e cinquenta e oito mil oitocentos e setenta e nove reais e vinte centavos), e como contrapartida local 40% do valor a ser transferido, ou seja, R\$ 2.239.252,80 (dois milhões duzentos e trinta e nove mil duzentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos), totalizando um investimento de R\$ 5.598.132,00 (cinco milhões quinhentos e noventa e oito mil cento e trinta e dois reais). No segundo trimestre do ano de 2009, foi assinado o 1º Termo Aditivo, com objetivo de prorrogar o prazo de execução do Programa e vigência do Convênio para 31 de dezembro de 2010, bem como alterar os valores conveniados em função da variação cambial. Assim sendo, os valores passaram a retratar os seguintes montantes:

“.....valor global de R\$ 4.020.901,50 (equivalente a US\$ 1.971.030,15), sendo R\$ 2.362.797,78 (equivalente a US\$ 1.158.234,21) o valor total de recursos, dividido em repasses anuais, via convênio, e R\$ 1.658.103,72 (equivalente a US\$ 812.795,94) o valor que o Tribunal oferecerá em contrapartida. A taxa de câmbio, para a equivalência em dólar descrita acima, é de R\$ 2,04 = US\$ 1,00, especificada na grade de parâmetros para a Programação Financeira Federal para 2009.”

Em março de 2011 foi assinado e publicado no DOU novo termo aditivo prorrogando a execução do Convênio para 31 dezembro de 2011 (http://www.tce.sc.gov.br/files/file/dpe/convenios/promoex/aditivos/1_termo_aditivo_promoex_2011.pdf)

Até o primeiro trimestre do exercício de 2011, o Governo Federal repassou ao TCE/SC o montante de R\$ 1.772.348,91 (um milhão setecentos e setenta e dois mil trezentos e quarenta e oito reais e noventa e um centavos), ou seja, 75,01% do total previsto no convênio (R\$ 2.362.797,78) (aditivo).

Do total transferido já foram efetivamente aplicados R\$ 1.335.863,56 (um milhão trezentos e trinta e cinco mil oitocentos e sessenta e três reais e cinquenta e seis centavos), ou seja, 75,37%.

Foi encaminhado para a Direção Nacional do PROMOEX o plano de aquisição para o ano de 2011, prevendo investimentos no valor de R\$ 1.042.556,91 (por extenso), distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Recursos BID	Recursos TCE	Total
Aquisição de Bens	252.142,76	75.000,00	327.142,76
Contratação de Serviços	358.230,35	135.062,65	493.293,00
Contratação de Consultoria	134.209,80	87.911,35	222.121,15
Total	744.582,91	297.974,00	1.042.556,91

Desde o início das atividades, o Programa já aplicou recursos financeiros de forma efetiva num montante de R\$ 2.506.538,52 (dois milhões, quinhentos e seis mil quinhentos e trinta e oito reais e cinquenta e dois centavos), representando 62,34% do programado, sendo R\$ 1.335.863,56 (um milhão trezentos e trinta e cinco mil oitocentos e sessenta e três reais e cinquenta e seis centavos) dos recursos transferidos pelo BID, incluídos os resultados da aplicação financeira, e R\$ 1.170.674,96 (um milhão cento e setenta e seis mil e setenta e quatro reais e noventa e seis centavos) da contrapartida do TCE/SC.

No primeiro trimestre de 2011, o Tribunal de Contas investiu o montante de R\$ 55.138,59 (cinquenta e cinco mil cento e trinta e oito reais e cinquenta e nove centavos), dos quais R\$ 33.659,61 (trinta e três mil seiscentos e cinquenta e nove reais e sessenta e um centavos) são da fonte de recursos do Governo Federal / BID e R\$ 21.478,98 (vinte e um mil quatrocentos e setenta e oito reais e noventa e oito centavos) da contrapartida deste Tribunal.

4.3. Ouvidoria

No trimestre, a Ouvidoria recebeu 300 manifestações. Destas, 65,67% referiam-se a solicitações de informações técnicas e sobre a legislação utilizada pelo TCE, no exercício de suas funções constitucionais, conforme demonstra a Tabela 23.

TABELA 20 – Descrição das demandas registradas

Natureza da Demanda	1º trimestre 2010		1º trimestre 2011	
	Quant.	%	Quant.	%
Críticas	10	7,94	3	1,00
Sugestões	4	3,17	5	1,67
Reclamações	17	13,49	49	16,33
Solicitações de Informações	63	50,00	197	65,67
Fornecimento de Informações	27	21,43	31	10,33
Outros	5	3,97	15	5,00
Total	126	100,00	300	100,00

Fonte: Ouvidoria

O Portal do TCE/SC destacou-se como o acesso mais utilizado à Ouvidoria, conforme dados da Tabela 24.

TABELA 21– Meios de acessos à Ouvidoria

Natureza da Demanda	Quantidade	%
Carta	3	1,00
Email	54	18,00
Fax	3	1,00
Portal do TCE	240	80,00
Atendimento Pessoal	-	-
Total	300	100,00

Fonte: Ouvidoria

4.4. Divulgação Institucional

O TCE/SC tem procurado mostrar à sociedade a importância do controle externo, bem como a divulgação de sua missão institucional, o seu campo de atuação e suas principais ações de fiscalização. Neste sentido, destaca-se o papel da Assessoria de Comunicação (ACOM) através do envio de releases para a imprensa, produção de matérias para internet e intranet e da elaboração de livros, manuais e informativos, entre outros.

No tocante às atividades desenvolvidas pela Assessoria de Comunicação, no primeiro trimestre de 2011, cabe registrar as principais ações de comunicação interna e externa demonstrados nas tabelas 22 a 27.

4.4.1. Comunicação Interna

TABELA 22 - MATÉRIAS SELECIONADAS PARA O CLIPPING ELETRÔNICO

Matérias selecionadas de jornais, revistas e publicações de CIRCULAÇÃO ESTADUAL, que citam ou não o TCE	Matérias selecionadas de jornais, revistas e publicações de CIRCULAÇÃO REGIONAL, que citam ou não o TCE	Matérias selecionadas de jornais, revistas e publicações de CIRCULAÇÃO NACIONAL, que citam ou não o TCE	Matérias selecionadas de sites e blogs, que citam ou não o TCE	Total de Matérias selecionadas
1.437	91	197	211	2.054

Fonte: ACOM

TABELA 23 – MATÉRIAS DIVULGADAS AO PÚBLICO INTERNO

Matérias publicadas na intranet	Comunicação Sistema Interno de Som	E-mails encaminhados para o público interno - “Notas para reforçar matérias publicadas na intranet”
45	6	12

Fonte: ACOM

4.4.2. Comunicação Externa

TABELA 24 – MATÉRIAS ENVIADAS À IMPRENSA

Releases encaminhados	Releases aproveitados pela imprensa	Matérias publicadas decorrentes de releases
16	15	154

Fonte: ACOM

TABELA 25 - MATÉRIAS QUE MENCIONAM O TCE

Publicadas em jornais e revistas ¹	Publicadas em blogs e sites	Veiculadas em TVs ²	Veiculadas em Rádios ³	Total ⁴
206	150	24	18	398

Fonte: ACOM

1 - De circulação regional, estadual ou nacional. 2 - Fonte: monitoramento feito nas TVs locais e estaduais, pela TV Clipagem. 3 - Fonte: monitoramento feito nas rádios locais CBN Diário, Guararema e Guarujá, pela TV Clipagem. 4 - A contagem de matérias que citam o TCE baseia-se em pesquisa realizada, diariamente, em cerca de 100 fontes. Por isso, é provável que o número de matérias veiculadas na imprensa que citam o TCE seja ainda maior do que o mensurado pela ACOM

TABELA 26 - MATÉRIAS PUBLICADAS NOS JORNAIS DO INTERIOR

Matérias que citam o TCE nos jornais do interior	Releases encaminhados	Releases aproveitados em jornais do interior	Matérias decorrentes dos releases aproveitados
80	17	6	43

Fonte: ACOM

TABELA 27 - MATÉRIAS PUBLICADAS POR COLUNISTAS

Notas de colunistas que citam o TCE	Releases aproveitados em notas de colunistas	Notas decorrentes dos releases aproveitados
56	7	18

Fonte: ACOM

4.5. Convênios e Acordos de Cooperação

O Tribunal de Contas de Santa Catarina tem intensificado a cooperação e a troca de informações com órgãos e entidades cujas atividades estão envolvidas com o controle de despesas públicas, objetivando o aprimoramento de técnicas e procedimentos no desenvolvimento de ações conjuntas de fiscalização.

A tabela a seguir apresenta os Convênios e Acordos de Cooperação, assinados no primeiro trimestre de 2011.

TABELA 28 - CONVÊNIOS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO

Nº	Tipo	Instituição	Objeto	Valor R\$	Publicação
049/2010	TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE AS PARTES, VISANDO FACILITAR UMA ATUAÇÃO INTEGRADA, MEDIANTE A MANUTENÇÃO DE UM CANAL ABERTO E PERMANENTE DE COMUNICAÇÃO E TROCA DE INFORMAÇÕES, NO SENTIDO DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS CONTEMPLADOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO A FAVOR DA POPULAÇÃO INFANTOJUVENIL, COM ÊNFASE PARA AFERIÇÃO DO EFETIVO RESPEITO À GARANTIA DE PRIORIDADE ABSOLUTA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS.	SEM	DOTC-e, nº 676, de 08/02/2011, p. 8

continua

continuação

Nº	Tipo	Instituição	Objeto	Valor R\$	Publicação
001/2011	TERMO DE CONVÊNIO	IES - Instituto de Ensino Superior da Grande Florianópolis	CONCEDER BOLSAS DE ESTÁGIO PARA ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS E QUE FREQUENTEM OS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO, DIREITO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO, DO IES.	R\$ 700,00 MENSAL/ALUNO + VALE TRANSPORTE	DOTC-e, nº 713, de 05/04/2011, p. 7
002/2011	TERMO DE CONVÊNIO	UNIASSELVI - SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA.	CONCEDER BOLSAS DE ESTÁGIO PARA ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS E QUE FREQUENTEM OS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS, DA UNIASSELVI.	R\$ 700,00 MENSAL/ALUNO + VALE TRANSPORTE	DOTC-e, nº 713, de 05/04/2011, p. 7
003/2011	TERMO DE CONVÊNIO	FACULDADE UNIBAN	CONCEDER BOLSAS DE ESTÁGIO PARA ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS E QUE FREQUENTEM OS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO, DIREITO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS, DA UNIBAN.	R\$ 700,00 MENSAL/ALUNO + VALE TRANSPORTE	DOTC-e, nº 707, de 28/03/2011, p. 16
004/2011	TERMO DE CONVÊNIO	UNIVALI - UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	CONCEDER BOLSAS DE ESTÁGIO PARA ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS E QUE FREQUENTEM OS CURSOS DE ARQUITETURA E URBANISMO, ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS, CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO, DIREITO, ENGENHARIA CIVIL, ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO E JORNALISMO, DA UNIVALI.	R\$ 700,00 MENSAL/ALUNO + VALE TRANSPORTE	DOTC-e, nº 713, de 05/04/2011, p. 7
005/2011	TERMO DE CONVÊNIO	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA - SOCIESC	CONCEDER BOLSAS DE ESTÁGIO PARA ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS E QUE FREQUENTEM OS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, DA SOCIESC.	R\$ 700,00 MENSAL/ALUNO + VALE TRANSPORTE	DOTC-e, nº 716, de 08/04/2011, p. 11
11/2006	1º TERMO ADITIVO /2011	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP	PRORROGA A VIGÊNCIA DO CONVÊNIO ATÉ 31/03/2011. VIGÊNCIA DE 13/04/2006 A 31/12/2011.	SEM	DOU, nº 63, de 1º/04/2011, p. 113

Fonte: Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais - DPE